Histórico, Legislação e Políticas Públicas em EJA

Histórico de Políticas Públicas e Educacionais para a EJA

Giselma Machado

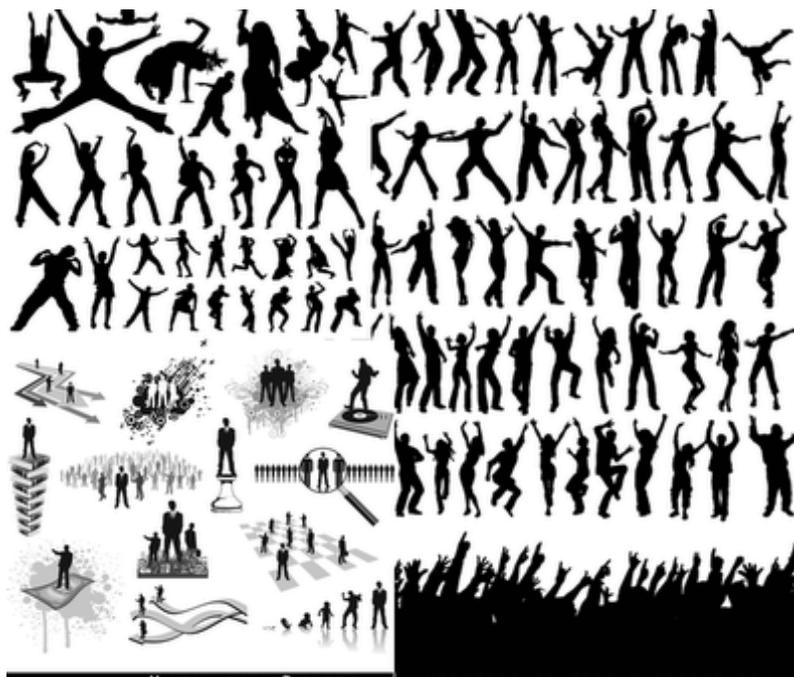
Agora que você já admite que a EJA existe, mesmo não sendo palavra dicionarizada, que tal começar a pensar no que significa a EJA? Que concepção de EJA você possui? O que a Lei dispõe sobre essa Educação é o que se verifica na prática? Vamos pensar juntos!!!

A EJA não é um apêndice ou um favor, mas um DIREITO. Guarde isso!!

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educativa da educação básica nos níveis fundamental e médio, apresenta-se como uma educação que ultrapassa os muros da escolarização, representa o direito de aprender e de ampliar conhecimentos ao longo da vida.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) já expressava a educação como direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto, significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos.

Essa modalidade educativa se constitui em uma diversidade de práticas formativas, com iniciativas visando à qualificação profissional, ao desenvolvimento comunitário, à formação política e a uma infinidade de questões culturais pautadas em outros espaços além do espaço escolar.

http://drndownloads.blogspot.com/2008/12/votores-de-pessoas.html

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: breve histórico

A educação voltada para jovens e adultos, no Brasil, não é recente, data da época do Brasil Colônia. Segundo Haddad e Di Pierro (2000), já no período colonial, os religiosos exerciam ação educativa missionária difundindo o evangelho, repassando modelos de comportamento e ensinando ofícios necessários ao andamento da economia colonial.

Inicialmente, esta educação se fez presente junto aos indígenas, primeiros habitantes de que se tem notícia na região, depois, junto aos negros escravos e, por último, foi estendida aos colonizadores e seus filhos, através das escolas de humanidades.

http://cafehistoria.ning.com

Hadadd e Di Pierro (op.cit.) seguem discorrendo que, em 1759, a expulsão dos jesuítas missionários acarretou a desorganização do sistema de ensino. No período imperial, poucas ações educativas foram desenvolvidas. Em termos legais, destaca-se a primeira Constituição brasileira, em 1824, que, sob a influência européia, definiu a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, na qual também se incluíram os adultos.

FIQUE SABENDO

O Brasil, nessa época, era um país escravocrata, pouco povoado e essencialmente agrícola e a garantia expressa acima era estendida somente aos cidadãos livres e detentores do poder econômico. Não se evidenciava qualquer preocupação com a população servil que ficava relegada à ignorância e à miséria.

Segundo Paiva (1973), o domínio das técnicas, da leitura e da escrita não se fizeram necessárias para os membros da sociedade colonial nem existia interesse em expandir a educação a todos os setores sociais, porque o foco maior era a exportação da matéria prima.

No ano de 1854, surgiu a primeira escola noturna e, em 1876, existia um total de 117 escolas em todo o país. Paiva (op. cit.) descreve algumas razões para isto:

> A crise do sistema escravocrata e a necessidade de uma nova forma de produção são alguns dos motivos para a difusão das escolas noturnas, entretanto, essas escolas tiveram um alto índice de evasão o que contribuiu consideravelmente para o seu fracasso. Ressurgindo novamente em 1880, com o estímulo dado pela reforma eleitoral – lei – Saraiva -, chegando-se a cogitar a extensão da obrigatoriedade escolar aos adolescentes e adultos nos lugares em que se comprovasse a inexistência de escolas noturnas. (p. 168)

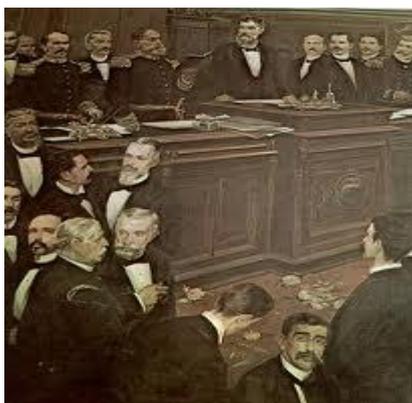
FIQUE SABENDO

A preocupação maior, em termos de educação, era com as elites. No tocante ao ensino de jovens e adultos e à educação de crianças e adolescentes das classes menos favorecidas, o pouco que se fez foi, especialmente, graças ao empenho de algumas Províncias que hoje são denominadas Estados.

Segundo Haddad e Di Pierro (Op. Cit.), ao final do Império, 82% da população brasileira com idade superior a cinco anos eram analfabeta.

Clip Art

Com a chegada da República e da sua primeira constituição, datada de 1891, não se fez qualquer referência à gratuidade da instrução, como constava na Constituição Imperial.

http://rede-imperial.blogspot.com

Essa Constituição descentralizou a responsabilidade pública do ensino básico para as Províncias, manteve o foco da educação nas elites e destinou à União a função de animador de tais atividades, cuja participação maior seria no ensino secundário e no ensino superior. Além disso, a nova Constituição conferia o exercício do voto à alfabetização.

> FIQUE SABENDO
>
> Apesar de a Primeira República ter-se caracterizado por reformas educacionais, os investimentos na educação eram parcos e o resultado disto foi que, em 1920, após 30 anos de República, o censo apresentava um índice ainda alto de 72% de analfabetos acima de 5 anos de idade. (HADDAD E DI PIERRO, op. Cit.)

Os movimentos de educadores e da população na luta por mais escolas e escolas de qualidade, somado ao fato de o Brasil apresentar altos índices de analfabetismo ou falta de escolarização, além do impacto da urbanização e do começo da industrialização vieram destacar a importância de o Estado se responsabilizar pela educação.

Dentro desse cenário, a Constituição seguinte, de 1934, pôs o ensino primário extensivo aos adultos como componente da educação e como dever do Estado e direito do cidadão, além de propor o Plano Nacional de Educação - um ensino primário integral, gratuito e de freqüência obrigatória, extensivo aos adultos. (HADDAD E DI PIERRO, op. Cit.)

http://palewa.blogspot.com

> Foi essa a primeira vez que a educação de adultos foi mencionada em uma Constituição (1934) e recebeu um tratamento particular: os adultos ganharam visibilidade no campo do direito à educação.
>
> Guarde isso!!

FIQUE SABENDO

Na Constituição de 1934, o ensino primário apresentou um grande avanço em relação à Constituição anterior, vinculando o direito à educação ao princípio da gratuidade e da obrigatoriedade. Contudo, esse direito deveria ser delineado pelo Plano Nacional de Educação que não chegou a ser votado, em decorrência do golpe que instituiu o Estado Novo e deu início a Era Vargas, em 1937.

No Estado Novo, a conhecida Era Vargas, o poder público procurava cercear as relações sociais em virtude da preocupação da elite dominante com a intensificação dos movimentos democráticos.

Dentro desse contexto, o Estado Novo trouxe nova Constituição, a de 1937, a qual determina de forma detalhada as competências da União, dos Estados e dos Municípios para com a educação, mantém a gratuidade e a obrigatoriedade para o ensino primário e o veto do analfabeto ao voto.

http://eravargas1930-1945.blogspot.com

Segundo o Parecer CNE-CEB nº 11/2000 (2000), essa Constituição, "fruto do temor das elites frente às exigências de maior democratização social e instrumento autoritário de um projeto modernizador excludente, deslocará, na prática, a noção de direito para a de proteção e controle", proibindo o trabalho de menores de 14 anos, durante o dia, e de menores de 16 anos, à noite.

A Revolução de 30 representou um marco para a educação no Brasil, reitera-se que foi a primeira vez que a educação de adultos foi citada em uma Constituição. No final da década de 30, em 1938, é criado o INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

A década de 40...

http://forumeja.org.br

A década de 40 se apresenta como de grande importância no sentido de se incorporar ao Estado brasileiro maior responsabilidade em relação à educação de adolescentes e jovens. Nessa década, destacam-se as criações:

√1942 – Fundo Nacional de Ensino Primário – FUNEP, criado a partir de estudos e pesquisas do INEP. Esse fundo era mantido com tributos federais e tinha como objetivo ampliar e melhorar o ensino primário em todo o país, incluindo o ensino supletivo. Em 1945, regulamentou-se que 25% dos recursos desse Fundo deveriam ser aplicados num plano geral de Ensino Supletivo de jovens e adultos analfabetos. (HADDAD E DI PIERRO, op. Cit.)
√1945 – UNESCO, criada logo após a 2ª guerra mundial, alertava os países para a importância da educação, especialmente a educação de adultos, no processo de desenvolvimento das nações tidas como “atrasadas”. (HADDAD E DI PIERRO, op. Cit.)
√1947 – Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEEA. Essa Campanha, criada por Lourenço Filho, foi de grande importância para a educação de adultos porque representava a compreensão dessa educação como peça fundamental na elevação dos níveis educacionais da população em seu conjunto. (DI PIERRO, JOIA E RIBEIRO, 2001)

FIQUE SABENDO

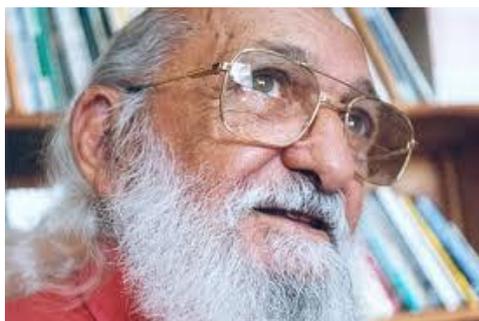
Apesar de a Campanha de 1947 ter plantado, no país, um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino, o que só viria a ocorrer na década de 60, através de Paulo Freire. (DI PIERRO, JOIA E RIBEIRO, 2001)

A década de 50...

Essas Campanhas, por conta da pouca expressão nacional, logo foram extintas.

√ 1952 – Campanha de Educação Rural
√ 1958 – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
(DI PIERRO, JOIA E RIBEIRO, op. Cit.)

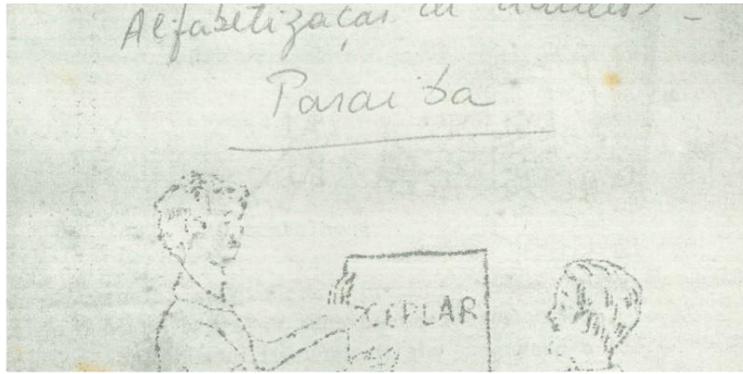
A década de 60...

http:// olinda.pe.gov.br

O pensamento de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspiram os principais programas de alfabetização do país.

FIQUE SABENDO

Durante os primeiros anos da década de 60, a educação de adultos, no Brasil, viveu suas ações mais importantes, a partir das ideias difundidas pelo educador Paulo Freire e da sua participação, com outros educadores e intelectuais.

Nessa década, estudantes e intelectuais atuam junto a grupos populares desenvolvendo e aplicando novas perspectivas de cultura e educação popular. É o caso do Movimento de Cultura Popular, criado em Recife e dos Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes. Também segmentos da Igreja Católica se engajam neste compromisso, com destaque para o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Outras iniciativas que merecem destaque foram a da Prefeitura de Natal com a Campanha “de Pé no Chão também se aprende a Ler” e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR).

http://forumeja.org.br

Acompanhe abaixo o ano em que foram criadas todas essas iniciativas:

√1960 – Movimento de Cultura Popular (MCP)
√1961 - Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes; Movimento de Educação de Base (MEB); Campanha “De Pé no Chão também se aprende a Ler”
√1962 - Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR)

http://forumeja.org.br

√1963 - Aprovação do Plano Nacional de Alfabetização - programas de alfabetização interrompidos com o Golpe Militar e seus promotores duramente reprimidos.
√1967 – Criação do MOBRAL que pretendia erradicar o analfabetismo em 10 anos e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos.

A década de 70...

http://premium.klickeducacao.com.br

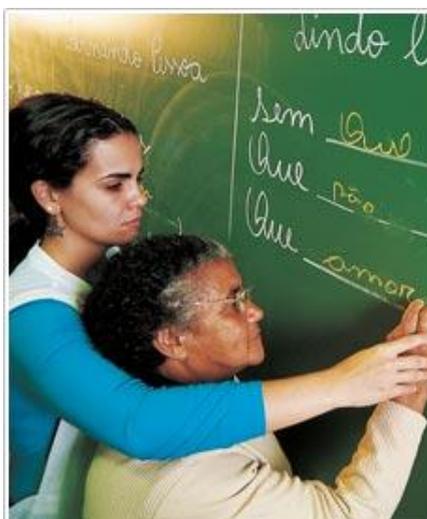
Nessa década, o MOBRAL expandiu a sua atuação em todo o Brasil, através de campanha massiva de alfabetização e da mais importante ação desse Movimento, a criação do Programa de Educação Integrada - PEI, uma forma condensada do antigo curso primário que abria possibilidade de continuidade dos estudos a recém-alfabetizados com precário domínio da leitura e da escrita.

Esse Movimento de Alfabetização desempenhou a função de suavização das tensões sociais, ao ofertar oportunidades de ascensão individual via escolarização, abrangendo todo o território nacional, com sua estrutura centralizadora, autoritária e extensiva. O MOBRAL vendia a imagem do Brasil grande e a ilusão do progresso individual via formação escolar.

FIQUE SABENDO

O MOBRAL, para garantir o desenvolvimento de suas ações de forma imediata, possuía liberdade para voluntariamente angariar recursos amplos e ágeis, de caráter extraordinário, a saber: 1% da renda do Imposto de Renda devido pelas empresas e 24% da renda líquida da Loteria Esportiva. (HADDAD E DI PIERRO, op. Cit.)

A escolarização básica de jovens e adultos foi institucionalizada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 5.692/71 que estabeleceu as bases legais do Ensino Supletivo, dispondo, para esse Ensino, funções básicas como suplência, através de cursos e exames – suprimento, aprendizagem e qualificação (Parecer nº 699/72 do Cons. Valnir Chagas), além de atualizar os antigos exames de madureza, passando a denominarem-se exames supletivos.

Sobre isso, Di Pierro (2005) dispõe que:

apenascomecamosunb.blogspot.com

> Aprovada em plena ditadura militar, a "doutrina do ensino supletivo" (como a denominaram seus formuladores) não incorporou as ricas contribuições que os movimentos de educação e cultura popular do início da década de 1960 legaram à educação de adultos (difundidas em todo o mundo pela obra de Paulo Freire). Ao contrário, atendeu ao apelo modernizador da educação a distância e aderiu aos preceitos tecnicistas da individualização da aprendizagem e instrução programada, que fundamentaram a difusão das modalidades de educação não-presencial em centros de estudos supletivos e telecursos, que se somaram aos cursos presenciais na configuração de um subsistema de ensino supletivo em expansão. (p.1117)

FIQUE SABENDO

A ampliação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos de estudos, estabelecida pela LDB 5.692/71, teve reflexos nas exigências de certificação do mercado de trabalho, fato que ampliou substancialmente a procura pelos exames supletivos. (DI PIERRO, 2005)

É importante ressaltar que, mesmo tendo o MOBRAL expandido a sua ação, o ensino supletivo ampliou as ações educativas ofertadas aos adultos, através do rádio, com o Projeto Minerva, da televisão, com o surgimento dos telecursos, além do ensino por correspondência e através de módulos instrucionais, com o Centro de Educação Supletiva, sempre seguindo a linha de educação permanente e de formação profissional.

A década de 80...

A partir da década de 80, com o início das reformas políticas, constata-se uma inumerável quantidade de práticas educativas destinadas à educação de adultos, financiadas pelo setor público e privado, que ocupavam, muitas vezes, espaços institucionais de órgãos de classe, como sindicatos patronais ou de trabalhadores. Representava, assim, uma multiplicidade de práticas, dentro de concepções educativas variadas, às vezes contraditórias, mas todas relacionadas ao campo da educação de adultos.

http://awtpds51.blogspot.com

Em 1985, já com minguados recursos, o MOBRAL foi extinto e deu lugar à Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Educar. A abertura política, nesse mesmo ano, após vinte e um anos de ditadura militar, não teve reflexos imediatos na educação de jovens e adultos.

A constituição brasileira de 1988, por sua vez, trouxe alguns avanços para a educação, mas não enfoca a EJA diretamente. A nova redação dada ao artigo 208, através da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, dispõe que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. As disposições transitórias, por sua vez, definem metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

http://daltomartins.blogspot.com

A década de 90

Em 1990, a Fundação Educar que apoiava técnica e financeiramente as iniciativas de governos locais, entidades civis e empresas pela alfabetização de jovens e adultos foi extinta e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que se encerrou depois de um ano.

FIQUE SABENDO

Em termos de políticas educacionais, pessoas de grande vulto nacional, a exemplo do ex-Ministro José Goldenberg, do consultor Cláudio Moura Castro, além dos já falecidos Senador Darcy Ribeiro e o pesquisador do IPEA, Sérgio Costa Ribeiro, afirmaram publicamente ser contra investimentos na educação de adultos. Para eles, era mais importante que os recursos educativos fossem aplicados no ensino primário, pois os adultos analfabetos já estavam adaptados a sua condição. (DI PIERRO, JOIA E RIBEIRO, op. Cit.)

Dentro desse contexto, apesar de a UNESCO ter instituído 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização e de ter o Brasil participado da Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien - 1990), foi somente na segunda metade da década de 1990 que as políticas públicas de educação de adultos tomaram novos rumos.

Dessa forma, rememora-se que a educação de adultos já foi denominada madureza, alfabetização, suplência, ensino supletivo e indicava compensar o tempo perdido, complementar o inacabado ou substituir, de forma compensatória, o ensino regular. Com o advento da LDB nº 9.394/96, passou a ser reconhecida como EJA, cuja aprendizagem e qualificação, em vez de suplementar, tornou-se permanente e fundamental.

http://simpedagogia.blogspot.com

A referida lei, no artigo 37, determina que a Educação de Jovens e Adultos seja destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Dessa forma, além de delimitar a sua faixa etária, termina também por identificá-los culturalmente, uma vez que esses jovens e adultos representam milhões de brasileiros que nunca estudaram ou estudaram muito pouco, que foram impedidos de participar do mundo letrado e, assim, foram excluídos de processos mais amplos de participação social. Esse desafio de uma (re)entrada na vida escolar representa a consolidação de um direito então reconhecido pelo Estado.

FIQUE SABENDO

Como pontos positivos, destaca-se que a EJA foi denominada modalidade da Educação Básica, correspondente ao Ensino Fundamental e Médio, cuja aprendizagem e qualificação, em vez de suplementar, tornou-se permanente e fundamental. Nesse contexto, cada Município e, supletivamente, o Estado e a União deverão provê-la em cursos presenciais ou a distância.
Como ponto negativo, aponta-se que as matrículas da EJA não fazem parte do cálculo do FUNDEF. (LDB nº 9.394/96).

Nessa década, foram desenvolvidos e merecem destaque os seguintes programas educativos de alfabetização e EJA:

√ 1997 – PAS (Programa de Alfabetização Solidária), em parceria com o MEC e a iniciativa privada, atua em vários municípios, prioritariamente no Nordeste e no Norte - nas localidades que possuem maiores índices de analfabetismo. Em 1999, tornou-se uma ONG, conta com o apoio de Universidades associadas ao programa.
√ 1998 – PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados e atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Para tanto, o Pronera capacita educadores para atuar nas escolas dos assentamentos e coordenadores locais que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Assim, esse Programa, uma parceria do Incra com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais, apoia projetos em todos os níveis de ensino, como EJA, através da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio; ensino médio e técnico profissionalizante que se destina à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária e ensino superior, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Atividades

Para realizar esta atividade, você deverá ler com atenção este material até aqui e encaminhá-la em arquivo Word para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O item 1 deste exercício, poderá ser encaminhado em power point, se preferir.

Se estiver com dificuldade, procure o tutor, mas não deixe de participar.

1. Tente elaborar um mapa conceitual, destacando por períodos, os eventos que promoveram este histórico para a EJA.
2. Por que, dentro deste processo histórico, deve-se promover um destaque para:
a) A década de 60
b) O período pós-constituição de 1988
c) A LDB nº 9.394/96
3. Distinga, em termos de nomenclatura: ADA, EDA e EJA